

**QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA****Dubravka ŠUICA****Mediterrâneo****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

*Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? De que forma vai contribuir para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género em todos os domínios de intervenção da sua pasta? Como tenciona aplicar a integração da perspectiva dos jovens?*

*Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?*

Com total transparência, declaro que não nasci numa democracia! Apesar de viver sob um regime não democrático, sentia uma ligação, através de valores comuns partilhados, a outros fora desse regime. A esperança de uma vida melhor para as gerações futuras ajuda a unir as pessoas de diferentes origens! Esta experiência de vida tornou-me numa firme defensora da democracia. A democracia é um privilégio e uma responsabilidade que impulsiona o meu apoio às orientações políticas para 2024-2029, baseadas na democracia e na justiça social, numa prosperidade sustentável e na defesa e segurança. A nossa melhor opção é a escolha da Europa: a União!

Esta é a segunda vez que solicito a aprovação do Parlamento Europeu como comissária indigitada, desta vez para a pasta do Mediterrâneo. A história de pessoas como eu é indicativa do poder geopolítico e estratégico da União Europeia, enquanto interveniente regional e mundial. A minha carreira como professora e política eleita a todos os níveis de governação e ao longo de três décadas constitui uma excelente base para produzir resultados a nível europeu. A minha experiência de dois mandatos como Presidente da Câmara de Dubrovnik (2001 a 2009) é enriquecedora, já que toda a política é local! Durante este período, fundei o primeiro Conselho Municipal para as Crianças. A democracia representativa deve produzir resultados tangíveis para os cidadãos, no terreno. Fui deputada eleita para o parlamento croata de 2000 a 2011. Durante 10 anos (2004-2014), fui vice-presidente do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, cujos principais pilares são a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos.

Como europeia convicta, tenho uma vasta experiência no processo de integração da Croácia na União Europeia, em especial enquanto vice-presidente da Comissão para a Integração Europeia do parlamento croata. Fui eleita deputada ao Parlamento Europeu para 4 mandatos consecutivos e fui vice-presidente da Comissão dos Assuntos Externos. Os meus 5 anos como vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela Democracia e Demografia consolidaram a minha abordagem colegial do trabalho e lançaram as bases para o nosso trabalho no próximo mandato. A colegialidade é essencial para assegurar a coerência, eficácia e qualidade das políticas que executamos para os cidadãos. Darei cumprimento às prioridades da União Europeia em conjunto com a Presidente e com todos os meus colegas! Tenho igualmente um sólido historial de pleno respeito dos Tratados da UE e da obrigação de atuar no interesse europeu. A independência da minha atuação não é negociável. Se for confirmada, respeitarei plenamente a letra e o espírito do Tratado e atuarei no interesse da Europa e sem receber quaisquer instruções, em conformidade com as obrigações impostas pelo Tratado (artigos 17.º, n.º 3, 245.º e 339.º do TFUE). Comprometo-me a evitar qualquer situação em que a minha independência, imparcialidade ou disponibilidade perante a Comissão possam ser postas em causa. Continuarei igualmente a honrar o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia e as suas disposições em matéria de conflitos de interesses. A minha declaração de interesses está completa e acessível ao público. Continuarei a trabalhar para a manter atualizada, conforme necessário. O meu historial enquanto deputada de longa data ao Parlamento Europeu demonstra concretamente que tenho cumprido todas as minhas obrigações para com as instituições.

Continuarei a aplicar o princípio da igualdade de género em todos os domínios da minha responsabilidade, em consonância com os objetivos da Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 e do Plano de Ação III em matéria de igualdade de género. As mulheres estão bem representadas nos serviços que hoje dirijo. Não vejo qualquer justificação para alterar a minha abordagem. A luta pela igualdade entre homens e mulheres implica igualmente a aplicação desse princípio. Enquanto antiga deputada ao Parlamento Europeu desde 2013 e vice-presidente do PPE Mulheres, sou uma defensora ativa da integração da igualdade de género em todas as políticas e processos de decisão europeus. No quadro da Comissão FEMM, trabalhei para melhorar a legislação em matéria de igualdade. Servir na primeira Comissão Europeia equilibrada em termos de género enriqueceu a forma como elaboramos as nossas políticas. No meu papel atual, liderei a Estratégia para os Direitos da Criança. Tenho uma vasta experiência de diálogo com crianças e jovens, nomeadamente numa perspetiva intergeracional. Os jovens representam um terço dos painéis de cidadãos europeus (com base nos painéis da Conferência sobre o Futuro da Europa, a que copresidi). Organizarei diálogos anuais sobre a política da juventude no âmbito da minha abordagem global para integrar a participação dos cidadãos no nosso trabalho. Se for confirmada, centrarei os meus esforços no reforço do papel estratégico da UE na região e darei prioridade ao Novo Pacto para o Mediterrâneo, uma estratégia abrangente baseada numa agenda bilateral e regional com iniciativas concretas, incluindo a cooperação no domínio da energia e das tecnologias limpas, da educação e da criação de oportunidades de emprego para os jovens. Enquanto líder da delegação parlamentar croata à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, recebi um amplo apoio ao meu relatório sobre os principais desafios que se avizinham no Mediterrâneo, incluindo o impacto dos fatores demográficos, naquilo que constitui um pano de fundo de longa data para o meu futuro trabalho no Mediterrâneo, se for confirmada.

## **2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu**

*Compromete-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que sentido se considera obrigado a prestar contas perante o Parlamento?*

*Que compromissos específicos está disposto a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissão como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Está disposto a transmitir ao Parlamento Europeu, atempadamente e em condições de igualdade com o Conselho, informações e documentos sobre as iniciativas previstas e os procedimentos em curso?*

A minha carreira, incluindo as minhas funções atuais, é indicativa da importância que atribuo às relações interinstitucionais, em particular com o Parlamento Europeu. O respeito pelos Senhores Deputados tem pautado desde sempre o meu trabalho, abordagem que continuarei a manter se for confirmada para este novo papel. Quando era deputada ao Parlamento Europeu, solicitei total transparência por parte da Comissão Europeia. Se a minha indigitação for confirmada, voltarei a honrar esse apelo, no âmbito de uma democracia representativa funcional e resiliente. Isto não é uma promessa vã. O meu historial é claro. O meu primeiro discurso como Vice-Presidente da Comissão Europeia foi dirigido ao Parlamento Europeu, em 15 de janeiro de 2020. Afirmei então que considerava o Parlamento como um amigo próximo e parceiro fiável na procura de resultados para os nossos cidadãos. Através de um diálogo aberto e de uma colaboração eficiente com o Parlamento, velarei por que as nossas iniciativas reflitam as aspirações e necessidades dos europeus, à medida que formos avançando com a nossa agenda para uma parceria mediterrânica reforçada. Reuni-me regularmente com os estimados eurodeputados que trabalham como relatores, relatores-sombra e coordenadores.

Em 2019, comprometi-me por escrito a defender em todas as instâncias uma cooperação mais aprofundada com todas as instituições europeias. Um exemplo é a Conferência sobre o Futuro da Europa, quando criámos a Declaração Conjunta e o Secretariado Comum, que não tem precedente e se destina facilitar o nosso trabalho em comum. Quando terminou a fase deliberativa, continuámos a trabalhar em conjunto no seguimento e retorno de informações sobre a Conferência, no respeito dos domínios de competência próprios de cada instituição. Tal como sublinhado nas orientações políticas da presidente Ursula von der Leyen, apoiarei o colégio de comissários através da minha presença nos debates, tanto em sessão plenária como nas reuniões das comissões e nos diálogos tripartidos ligadas à pasta para a qual sou proposta. A fim de continuar a reforçar a relação especial que liga o Parlamento e a Comissão, promoverei um ambiente de respeito e confiança, incluindo intercâmbios presenciais com a Comissão dos Assuntos Externos (AFET) e com todas as outras comissões e grupos de trabalho pertinentes. O meu trabalho nos domínios da Democracia e Demografia incluiu intercâmbios regulares, tanto sobre novas propostas como para discussão do ponto da situação das várias iniciativas, com várias comissões parlamentares, nomeadamente as Comissões EMPL, AFCO, LIBE e FEMM. Se for confirmada, continuarei a defender um fluxo transparente de informações.

A cooperação com o Parlamento, única instituição que representa diretamente os cidadãos europeus, é essencial, tendo em conta o seu papel de legislador. Comprometo-me a aplicar plenamente as disposições dos Tratados no quadro da nossa colaboração. Assegurarei que os serviços da minha alçada se ofereçam de forma coerente e proativa para prestar cooperação e informar adequadamente os Senhores Deputados. A nossa relação será baseada na lealdade, confiança, transparência, num fluxo de informação bidirecional e na assistência mútua. Continuarei também a orientar-me pelos princípios constantes do Acordo-Quadro de 2010. Subscrovo igualmente o compromisso da presidente no sentido de continuar a apoiar o reforço do papel do Parlamento no lançamento e elaboração de legislação, de tratar as resoluções do Parlamento ao abrigo do artigo 225.º acompanhadas de propostas legislativas como uma prioridade máxima da agenda da Comissão e de dar seguimento a um diálogo estruturado com as comissões competentes.

O meu trabalho no Novo Pacto para o Mediterrâneo terá a marca do Parlamento Europeu, dada a sua experiência nas questões da vizinhança e do aprofundamento das parcerias estratégicas e abrangentes na região. Comprometo-me a colaborar com os Senhores Deputados do Parlamento Europeu de forma atempada, pertinente e abrangente.

Aproveito esta oportunidade para sublinhar também a importância que atribuo às relações interinstitucionais em termos gerais e, mais especificamente, à manutenção de uma excelente colaboração com os órgãos consultivos do Comité Económico e Social Europeu e do Comité das Regiões Europeu.

#### Perguntas da Comissão dos Assuntos Externos

*3. As orientações políticas para a próxima Comissão Europeia 2024-2029 sublinham a necessidade de adotar uma abordagem mais estratégica da vizinhança alargada da UE, em especial no Mediterrâneo. A sua pasta inclui não só a região mediterrânica, mas também a Vizinhança Meridional alargada, na qual se encontra o Médio Oriente. Como encara a divisão de tarefas e a complementaridade de funções com a vice-presidente/alta representante no que diz respeito ao Médio Oriente e ao Norte de África? Sem prejuízo dos processos de tomada de decisão da Comissão, quais seriam as suas prioridades e os seus objetivos e metas concretos para esta pasta a curto, médio e longo prazo (durante a vigência do seu mandato), quais os principais desafios (internacionais, regionais, bilaterais, institucionais, etc.) que antevê na prossecução destas prioridades e objetivos e como tenciona ultrapassá-los?*

É para mim uma honra a Presidente ter-me indigitado para liderar esta pasta estrategicamente importante. Estou plenamente consciente da grande responsabilidade que tal implica: reformular as relações entre a UE e a vizinhança meridional alargada num período particularmente difícil.

Se a minha indigitação for confirmada, o meu objetivo global será tirar partido de todas as políticas e instrumentos da UE disponíveis nos seguintes domínios:

- a. cooperação económica e para o desenvolvimento;
- b. energia;
- c. transportes;
- d. conectividade digital;
- e. migração, incluindo parcerias para atração de talentos;
- f. bem como outras políticas.

A minha visão é utilizá-los para ajudar a trazer estabilidade, paz e prosperidade a esta região. Temos de fomentar as nossas parcerias e reforçar ainda mais a reputação e a credibilidade da UE enquanto parceiro fiável e fundamental. No entanto, estou também plenamente consciente dos numerosos **desafios** que se apresentam.

1. O nível de instabilidade no Médio Oriente não tem precedentes, resultando numa necessidade significativa de ajuda humanitária e num maior risco de deslocação de refugiados. No que diz respeito ao Norte de África, os desafios relacionados com as alterações climáticas e os elevados níveis de desemprego entre os jovens exige um maior investimento.

2. Os nossos adversários estão a fazer progressos na região. Países como a China e a Rússia estão a impor as suas próprias narrativas e a promover os seus próprios interesses, enquanto a reputação da UE está sob pressão.
3. Em muitos países o espaço cívico está a diminuir e observa-se um retrocesso na democracia e nas liberdades fundamentais. Esta situação prejudica tanto a prosperidade e a estabilidade económica, como a segurança a longo prazo a nível nacional e regional.
4. Muitas economias da região são frágeis e padecem de inflação elevada, uma balança de pagamentos negativa, um crescimento económico lento e um desemprego estrutural elevado.
5. Embora a região registe um crescimento demográfico rápido, as mulheres e os jovens não estão suficientemente integrados no mercado de trabalho, o que conduz a oportunidades perdidas e a um fraco desempenho económico.
6. Os desafios relacionados com as alterações climáticas e com o acesso aos recursos estão a exercer uma maior pressão sobre as populações mais vulneráveis e sobre os principais setores económicos, como a agricultura e o turismo, com repercussões negativas para o resto da economia.

Pretendemos estabelecer um diálogo e uma cooperação construtivos com a vizinhança meridional, com base em interesses e valores comuns. Tirando partido de diversas medidas políticas podemos proporcionar oportunidades mutuamente benéficas.

Se a minha indigitação for confirmada, comprometo-me a **trabalhar em estreita colaboração com a alta representante/vice-presidente** (doravante «AR/VP»). Por já ter sido membro do colégio de comissários, estou habituada a trabalhar de acordo com o princípio da colegialidade para alcançar resultados concretos para os nossos cidadãos. Trabalhando em estreita colaboração com a AR/VP, garantiremos uma resposta unificada da UE aos desafios complexos que se colocam na região mediterrânica, incluindo no Médio Oriente, no Norte de África e nos Estados do Golfo. Para reforçar a voz e o papel da UE na região será crucial que haja uma coordenação eficaz e próxima, assente em esforços diplomáticos, entre a oferta de medidas políticas e a sua aplicação. Se a minha indigitação for confirmada, liderarei a preparação de um **Novo Pacto para o Mediterrâneo**, trabalhando em estreita colaboração com a AR/VP e com os demais colegas do colégio de comissários envolvidos. Existe um entendimento comum com os nossos parceiros de que uma parceria mediterrânica reforçada é um imperativo estratégico comum, essencial para a nossa prosperidade, segurança e resiliência sustentável. Este entendimento comum é um sólido ponto de partida para construirmos no presente — mas a pensar no futuro. Não há dúvida de que a UE continua a ser o parceiro mais importante da região em termos de comércio, apoio financeiro e mobilidade. Como mencionei anteriormente, este cargo acarreta uma grande responsabilidade. Um Novo Pacto para o Mediterrâneo forneceria uma abordagem mais orientada e integrada, proporcionando um quadro operacional concreto para a atividade da UE na região e uma oferta mais clara de cooperação mutuamente benéfica para os nossos parceiros. Estou confiante de que os nossos parceiros considerarão que um novo pacto é um passo construtivo e um ponto de mudança positivo na nossa relação.

É por esta razão que vejo o Novo Pacto para o Mediterrâneo como uma **tripla oportunidade**: em primeiro lugar, para pôr em evidência que a UE considera as suas relações com a região e na região como sendo uma prioridade política; em segundo lugar, para restabelecer a confiança através de um aprofundado processo de diálogo e consulta; em terceiro lugar, para criar uma agenda mais ambiciosa e orientada para prioridades concretas partilhadas em domínios de benefício mútuo. O novo Pacto deve basear-se na Agenda para o Mediterrâneo existente, centrada em domínios de interesse mútuo, como o investimento, o comércio, a estabilidade económica, a criação de emprego, a conectividade, a energia, os transportes, a alimentação, a segurança e a migração, bem como a educação e a ciência. Volto a enfatizar que o novo Pacto deve ser centrado nas pessoas e continuar a desenvolver, juntamente com os países parceiros, iniciativas baseadas em valores comuns e no diálogo, que apoiem a boa governação e contribuam para a proteção dos direitos humanos e das liberdades cívicas.

O Novo Pacto para o Mediterrâneo promoverá uma **verdadeira parceria** baseada numa abordagem pragmática e assente no interesse mútuo.

Esta abordagem deverá ajudar a UE a tornar-se um parceiro ainda mais eficaz na promoção de estabilidade, de prosperidade e de resolução de conflitos na região.

As **parcerias abrangentes e estratégicas** com os parceiros interessados, a par de iniciativas de dimensão regional, podem ser o primeiro pilar do Novo Pacto para o Mediterrâneo. Estas parcerias aprofundarão significativamente a colaboração em domínios prioritários de interesse mútuo e reforçarão a presença da UE na região. As nossas aspirações comuns de prosperidade, competitividade, gestão da migração e segurança devem pautar-se pelo respeito dos valores fundamentais.

As **iniciativas de investimento regionais** poderão constituir o segundo pilar do novo Pacto, a fim de mobilizar investimentos em grande escala e contribuir para a criação de emprego e crescimento na região. Se a minha indigitação for confirmada, procurarei intensificar substancialmente a cooperação económica bilateral com os parceiros da região, nomeadamente nos setores da energia e da produção de tecnologias limpas. Juntamente com o comissário responsável pela Energia e Habitação e com os parceiros da região, criarei uma **iniciativa de cooperação transmediterrânica** no domínio da energia e das tecnologias limpas para aumentar o comércio de energias renováveis e impulsionar o fabrico de tecnologias limpas na região, nomeadamente através da Estratégia Global Gateway. Tal conduzirá a ganhos triplos para a UE e para os nossos parceiros em termos de descarbonização, acesso a energias renováveis competitivas em termos de custos e desenvolvimento socioeconómico decorrente do investimento e da criação de emprego nestes setores com elevado potencial. Esta iniciativa poderá ser seguida de outras iniciativas de investimento regionais centradas na conectividade digital e nos transportes.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei também com a AR/VP no desenvolvimento de uma nova **estratégia para o Médio Oriente** que, dado o conflito em Gaza, se centrará na promoção de todas as medidas necessárias para uma solução assente na coexistência de dois Estados e no reforço das parcerias com as principais partes interessadas regionais. A estratégia incluirá um programa para acompanhar a **Autoridade Palestiniana** na sua necessária reforma e no seu processo de modernização, bem como em iniciativas de apoio à **recuperação e reconstrução de Gaza**, assim que a situação o permita. Também farei por fortalecer a nossa cooperação com o Líbano, a fim de dar resposta às necessidades imediatas, em plena cooperação com a AR/VP e com a comissária da Preparação para Crises e Gestão de Crises.- Teremos de intensificar os nossos esforços para apoiar os refugiados em toda a região, incluindo no âmbito do regresso voluntário, e especificamente na Síria, encontrando formas de apoiar os refugiados mais eficientemente no quadro político definido pelo Conselho Europeu. A participação dos nossos parceiros internacionais e das organizações internacionais será fundamental para o êxito destes esforços.

Além disso, o diálogo com os **países do Golfo** é essencial. Através de uma parceria mais forte e mais estratégica, a UE e esta região têm muito a ganhar em termos de oportunidades económicas e objetivos de segurança. Sendo uma porta de entrada importante que se situa entre a Europa, a Ásia e África, o ambiente de segurança e de estabilidade na região do Golfo tem consequências diretas para a UE. Do mesmo modo, a UE tem muito a oferecer aos parceiros do Golfo, uma vez que a UE é o maior mercado único do mundo, representando um grande bloco comercial e de investimento, líder na investigação e inovação, e ocupa um papel importante de mediador e promotor do multilateralismo, da democracia e da transformação social. Juntamente com a AR/VP e com os outros comissários relevantes, se a minha indigitação for confirmada, prosseguirei a nossa iniciativa de negociação dos **Acordos de Parceria Estratégica com cada um dos seis países do Conselho de Cooperação do Golfo** (doravante «CCG»), com vista a reforçar as nossas relações bilaterais com quadros de cooperação estruturados, adaptados e juridicamente vinculativos em domínios de interesse mútuo. Estes acordos poderão desempenhar um papel importante na reorientação da nossa agenda de cooperação para objetivos modernos e na promoção de segurança, de estabilidade e do crescimento económico entre as duas regiões. Se a minha indigitação for confirmada, darei seguimento à primeira Cimeira UE-CCG de Bruxelas, em 16 de outubro de 2024 e, na mesma linha, assegurarei também que a UE e a região do Golfo unam forças para a reconstrução de Gaza e para iniciativas de investimento na região do Mediterrâneo.

Um plano de comunicação sólido e estratégico é um instrumento da maior importância para que UE e os seus parceiros usufruam em pleno dos benefícios das ambições comuns. Trabalharei em estreita colaboração com a AR/VP para a apresentação conjunta de **um plano estratégico de comunicação** para promover o papel da UE na vizinhança meridional, mas também combater as narrativas anti-UE. É evidente que os beneficiários de financiamento da UE devem reconhecer a origem e assegurar a sua visibilidade. Trata-se também de agir a nível local. A minha experiência governativa em diferentes níveis contribuirá para garantir que possamos colaborar com as comunidades locais neste âmbito. A nossa comunicação deve corresponder às nossas ambições e deve promover a sensibilização, a transparência e a visibilidade.

Se a minha indigitação for confirmada, será essencial trabalhar conjuntamente com os outros membros do Colégio e estabelecer contactos estreitos com os Estados-Membros e com o Parlamento Europeu, a fim de tirar partido dos nossos pontos fortes coletivos e maximizar o impacto das nossas políticas em toda a região.

4. Na sequência das orientações gerais da presidente da Comissão para reforçar as relações da Comissão com o Parlamento Europeu, queira fornecer informações pormenorizadas sobre a forma como tenciona:

- envolver o Parlamento (como parte integrante da «Equipa Europa») de forma proativa e eficaz nos processos de elaboração e desenvolvimento das suas prioridades e objetivos, desde as fases iniciais;
- proceder a trocas de pontos de vista regulares em sessão plenária e com a Comissão dos Assuntos Externos; garantir um «diálogo estruturado» e a sua presença ad hoc na comissão a curto prazo, caso ocorram acontecimentos significativos ou desenvolvimentos importantes; garantir a sua participação nas conferências interparlamentares dedicadas à PESC/PCSD, sempre que necessário;
- garantir que as posições do Parlamento sejam devidamente tidas em conta nas propostas de atos jurídicos e nas comunicações e estratégias da UE, novas ou atualizadas, e garantir que o Parlamento e, sobretudo, a sua Comissão dos Assuntos Externos, sejam informados e consultados de forma sistemática e atempada sobre esses documentos e propostas (incluindo a consulta sobre as prioridades e posições da UE em matéria de política externa no que diz respeito à região do Médio Oriente e do Norte de África, como a proposta de um novo Pacto para o Mediterrâneo) e uma melhor sincronização das atividades da Comissão e do Parlamento (por exemplo, através da partilha antecipada e sistemática dos calendários previstos para a publicação de documentos estratégicos oficiais, reuniões ministeriais e cimeiras, propostas de abertura de negociações sobre acordos internacionais, diálogos sobre direitos humanos, etc.);
- garantir que o Parlamento receba as informações pertinentes e os documentos com relevância para a sua pasta, incluindo os que são partilhados com o Conselho, e que a Comissão dos Assuntos Externos seja imediata e cabalmente informada, por escrito e oralmente, das negociações de acordos internacionais, incluindo memorandos de entendimento, e ainda que os pontos de vista do Parlamento sejam devidamente tidos em conta antes do início das negociações e ao longo de todo o processo;
- garantir que durante as reuniões à porta fechada cheguem ao Parlamento as informações não públicas pertinentes e relevantes;
- manter e garantir uma maior cooperação, coordenação e eficiência entre a Comissão e o Parlamento nas atividades de apoio à democracia.

Se a minha indigitação para comissária do Mediterrâneo for confirmada, tenciono envolver de forma voluntariosa e efetiva o Parlamento Europeu desde as primeiras fases dos processos de elaboração e de desenvolvimento das minhas prioridades e objetivos. O meu historial como vice-presidente da Comissão Europeia deixa clara a importância que atribuo às relações com o Parlamento Europeu. Mantereí trocas de pontos de vista regulares em sessão plenária e com as comissões parlamentares através de diálogos estruturados ou ocasionais, conforme seja mais adequado. Fá-lo-ei o mais rapidamente possível caso ocorram acontecimentos significativos ou haja desenvolvimentos importantes. Disponibilizo-me para informar o Parlamento e o Conselho nas diferentes fases de preparação e de execução das novas parcerias estratégicas e abrangentes, preservando o equilíbrio institucional, no pleno respeito das prerrogativas do Parlamento em matéria de controlo democrático e do quadro jurídico aplicável.

Velarei por que o Parlamento receba as informações e os documentos relevantes e por que a Comissão dos Assuntos Externos esteja plenamente ao corrente das negociações de acordos internacionais. Velarei igualmente por que os pontos de vista do Parlamento sejam devidamente tidos em conta. Além disso, durante as reuniões à porta fechada, facultarei ao Parlamento informações pertinentes e relevantes de caráter não público, tendo devidamente em conta a necessidade de assegurar a proteção de informações confidenciais ou altamente sensíveis.

Se a minha indigitação for confirmada, assegurarei, no âmbito do diálogo geopolítico bianual de alto nível sobre o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDI — Europa Global), que o Parlamento receberá informações relevantes sobre a forma como os fundos da UE são utilizados no que diz respeito aos países mediterrânicos. Continuarei recetiva à opinião do Parlamento Europeu sobre como melhor gerir os recursos financeiros sob a minha alçada.

Tenho interesse em encontrar uma forma de interagir com o trabalho das delegações interparlamentares e com a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, com o intuito de desenvolver um entendimento mútuo sobre os desafios e soluções comuns a serem encontradas.

Trabalharei também em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e com o Conselho para assegurar que a transparência de todos os processos legislativos e políticos relacionados com a vizinhança meridional, e para assegurar um seguimento coordenado e coerente das recomendações das missões de observação eleitoral e de outras iniciativas destinadas a promover as normas democráticas e o reforço da estabilidade política na região.

Enquanto antiga deputada ao Parlamento Europeu, valorizo plenamente o papel que o Parlamento Europeu desempenha, nomeadamente através da diplomacia parlamentar e das missões. Na qualidade de anterior vice-presidente da Comissão dos Assuntos Externos, tenho um forte apreço pela importância do trabalho desta comissão e continuarei a facilitar o seu papel de decisor político.

*5. A região do Mediterrâneo continua a enfrentar grandes desafios, como conflitos, crises e migração irregular, que constituem grandes obstáculos à estabilidade política e ao desenvolvimento, bem como à paz e à segurança. Foi incumbida de liderar os trabalhos sobre o novo Pacto para o Mediterrâneo (em colaboração com a vice-presidente/alto representante), que não deverá demorar a suceder-se à nova Agenda para o Mediterrâneo de 2021. De que forma contribuiu a nova Agenda 2021 para melhorar a situação, em que constituirá o novo Pacto uma resposta melhor e como justifica a necessidade de uma iniciativa da envergadura de um pacto? Como tenciona garantir um processo participativo na elaboração da estratégia, que inclua o Parlamento e os países parceiros, algo que não foi feito na nova Agenda? Como tenciona colaborar de forma proativa e eficaz com o Parlamento Europeu, desde as fases iniciais, nos processos de elaboração e desenvolvimento deste novo pacto e na sua operacionalização e aplicação, bem como no novo plano de comunicação estratégica para a promoção do papel da UE na Vizinhança Meridional, que deverá ter por objetivo contrabalançar as falsas narrativas e a desinformação, sobretudo no que diz respeito aos compromissos financeiros, em especial na fase preparatória do próximo quadro financeiro plurianual? Como tenciona garantir que os direitos humanos serão tidos em conta na operacionalização do novo Pacto?*

No seguimento da COVID-19, a Agenda 2021 para o Mediterrâneo definiu os nossos objetivos comuns para a paz, a estabilidade e a prosperidade em todo o Mediterrâneo. Estes objetivos continuam a ser válidos hoje. As cinco prioridades da nova agenda para o Mediterrâneo enquadraram a cooperação com os nossos parceiros. O Plano Económico e de Investimento que acompanha a agenda permite mobilizar até 30 mil milhões de EUR para projetos e investimentos em setores-chave como a energia, o ambiente, a água / saneamento, a agricultura, o digital, os transportes, o capital humano e o desenvolvimento do setor privado. Até setembro de 2024, o montante dos fundos mobilizados ascendia a 23,5 mil milhões de EUR.

No entanto, a situação na região evoluiu significativamente nos últimos tempos devido à situação geopolítica global, que por sua vez foi exacerbada por conflitos na região ou nas suas imediações, como em Gaza, no Sael ou no Corno de África. É urgente adotar uma abordagem mais centrada e estratégica para que a UE possa ter uma influência e impacto proporcionais ao seu investimento, dada a importância estratégica do Mediterrâneo para a nossa própria segurança, estabilidade e prosperidade e os nossos estreitos laços com a região.

O novo Pacto deve reforçar a diplomacia da UE e basear-se nas novas parcerias abrangentes e estratégicas desenvolvidas com a Tunísia e o Egito, concluídas em julho de 2023 e junho de 2024, respetivamente. Estas parcerias criaram uma dinâmica positiva, permitindo progressos tangíveis em domínios de interesse fundamental para a UE. Proporcionaram-nos instrumentos úteis para reforçar o diálogo com as autoridades nacionais, em consonância com o nosso desejo conjunto de verdadeiras parcerias.

A fim de proporcionar uma oferta mais ambiciosa e com maior impacto por parte da UE no âmbito do novo Pacto para o Mediterrâneo, sugiro que o trabalho seja centrado em duas vertentes: em primeiro lugar, explorar parcerias estratégicas e abrangentes com parceiros da região; em segundo lugar, levar a dimensão regional a um novo nível, propondo iniciativas de investimento regional em domínios como a energia, a conectividade digital e dos transportes, a segurança e as parcerias para atração de talentos, entre outros, através de iniciativas concretas como forma de assegurar que a execução é feita, do que é exemplo a Iniciativa de Cooperação no domínio da Energia Transmediterrânica e das Tecnologias Limpas referida na minha carta de missão.

Para desenvolver este pacto, trabalharei em conjunto com a AR/VP e com os países da região, incluindo governos e intervenientes não governamentais / da sociedade civil e partes interessadas, bem como com os Estados-Membros. Em especial, o diálogo com **os jovens** será uma prioridade, tendo em conta as tendências demográficas da região.

Acredito que o Parlamento Europeu tem um papel importante a desempenhar e quero utilizar o seu contributo na conceção da estratégia para a região e no reforço da sua execução a todos os níveis.

Estou empenhada em utilizar os instrumentos disponíveis de forma responsável, em consonância com as prioridades identificadas e no respeito de todas as regras institucionais aplicáveis, incluindo um intercâmbio

regular no contexto do diálogo geopolítico de alto nível. Para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, teremos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir a disponibilidade de todos os instrumentos necessários para concretizar as nossas parcerias na região, bem como assegurar flexibilidade suficiente para fazer face a emergências e dar azo a novas prioridades, e para tal será crucial uma cooperação eficiente com o Parlamento Europeu na definição e defesa destas prioridades.

Eu irei promover uma melhor a visibilidade da UE através de uma comunicação positiva, proativa e adaptada. Para o efeito, e tal como mencionado na minha carta de missão, trabalharei em estreita colaboração com a AR/VP para **desenvolver um plano de comunicação estratégico** para a região que promova o papel da UE na vizinhança meridional, e que também combata as narrativas anti-UE. Neste contexto, trabalharei também em estreita colaboração com o Comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito para continuar a desenvolver estratégias para combater a desinformação, a manipulação da informação e ingerência por parte de agentes estrangeiros (doravante «FIMI») destinadas a desacreditar ou comprometer a UE e as nossas ações. São necessárias narrativas convincentes, que **tenham em conta as sensibilidades locais** e com as quais as **populações locais se identifiquem**. O diálogo com os serviços públicos, os meios de comunicação social independentes e as organizações da sociedade civil são também fundamentais para combater a informação incorreta, a desinformação e a FIMI. Se a minha indigitação for confirmada, discutirei o plano de comunicação estratégica com o Parlamento Europeu, para que este possa apoiar o seu desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, as políticas da UE para a região, incluindo o apoio financeiro, terão de ser explicadas de forma melhor aos **cidadãos e contribuintes europeus**, a fim de aumentar a sensibilização para o facto de a participação contínua da UE na região ser um investimento na própria segurança da Europa, numa melhor gestão da migração, na estabilidade e na prosperidade. Se a minha indigitação for confirmada, o meu objetivo será chamar a atenção para a região mediterrânica enquanto fonte de oportunidades para a UE, com base em iniciativas concretas, tais como a iniciativa da energia transmediterrânica e a cooperação em matéria de tecnologias limpas, que podem gerar benefícios mútuos para a UE e para os nossos países parceiros. Tirarei partido de algumas das lições retiradas da Conferência sobre o Futuro da Europa no que diz respeito à comunicação com os nossos cidadãos sobre o impacto da nossa parceria com a vizinhança meridional.

O respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos são as pedras angulares da União Europeia e são fundamentais para as parcerias da UE com outros países. Os Tratados estabelecem igualmente os princípios em que se baseia a ação externa da UE, assim como os seus objetivos. Tal inclui a salvaguarda da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos, dos princípios do direito internacional, e da identificação de interesses e objetivos estratégicos. A operacionalização do Pacto para o Mediterrâneo, incluindo a celebração de parcerias estratégicas e abrangentes, não constitui uma exceção. Se a minha indigitação for confirmada, comprometo-me a continuar a guiar-me pelo respeito e pela promoção destes princípios orientadores na preparação e na aplicação do novo Pacto.

*6. Como tenciona apoiar a vice-presidente/alta representante no que diz respeito ao Médio Oriente e que novidade traria a nova Estratégia UE-Médio Oriente relativamente à atual Estratégia Conjunta de Apoio à Palestina, alicerçada no Esforço para o Dia da Paz da anterior Comissão e com o objetivo de garantir um papel diplomático mais forte para a UE, por forma a alcançar uma paz duradoura assente na coexistência de dois Estados? Como pode o Parlamento ajudá-la, nomeadamente através de instrumentos de apoio à democracia, como a mediação, o desenvolvimento de capacidades e as iniciativas em matéria de direitos humanos? De que forma, no trabalho que dedicar à região do Médio Oriente, terá em consideração a presença de intervenientes estatais e não estatais que são abertamente hostis à UE e aos seus valores? Como tenciona apresentar resultados e cooperar com a vice-presidente/alta representante nos países do Golfo que estão abrangidos pela sua pasta mas não integrados na Vizinhança Meridional?*

Se a minha indigitação for confirmada, apoiarei a AR/VP no desenvolvimento da Estratégia da UE para o Médio Oriente, com o objetivo de promover os nossos interesses de forma mutuamente benéfica, bem como de estabilizar os países e territórios em crise. A nova Estratégia para o Médio Oriente deve definir a resposta da UE aos atuais desafios na região, tendo em vista o dia seguinte à guerra em Gaza, centrando-se na promoção de todas as medidas necessárias para uma solução assente na coexistência de dois Estados e no reforço das parcerias com as principais partes interessadas regionais. A estratégia inclui um programa para acompanhar a **Autoridade Palestiniana** nas reformas necessárias e no processo de modernização, e em iniciativas de apoio **à recuperação e reconstrução de Gaza**, assim que a situação o permita.

A agenda de cooperação económica da nova estratégia desempenhará um papel significativo, uma vez que a UE é o maior doador e parceiro comercial de muitos países da região. O pilar da cooperação económica desta nova estratégia basear-se-á nos seguintes princípios orientadores: associar o desenvolvimento económico e prosperidade à paz e à estabilidade, com base em parcerias estratégicas e abrangentes mais fortes com os países da região e promover iniciativas regionais que contribuam para facilitar a paz. Relançar o processo de paz no Médio Oriente, com foque na promoção das medidas necessárias para uma solução assente na coexistência de dois Estados, e na resposta às necessidades humanitárias, serão elementos essenciais da estratégia. Além disso, o desenvolvimento de uma estratégia global da UE para o Médio Oriente exigirá o estabelecimento de parcerias sólidas com as principais partes interessadas regionais, em especial com os países do Golfo e outros intervenientes fundamentais.

Neste contexto, a cooperação específica com os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) no desenvolvimento da iniciativa de cooperação transmediterrânica no domínio da energia e das tecnologias limpas no Mediterrâneo e na análise dos investimentos conjuntos das nossas respetivas instituições de financiamento no corredor de transporte transcaspiano, especialmente na Ásia Central, podem revelar-se atrativas. A UE está igualmente pronta a participar na implementação do Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa (IMEC) com os membros do CCG, uma iniciativa fundamental com potencial para reforçar a conectividade entre as nossas regiões. Estas iniciativas não só proporcionarão oportunidades de negócio concretas para as nossas regiões e para aquelas com que colaboramos, mas também promoverão, paralelamente, a segurança e a estabilidade na região — uma preocupação fundamental partilhada tanto pela UE como pelos Estados do Golfo.

Outros domínios de cooperação e alinhamento políticos, incluindo a mobilidade de cidadãos e atração de talentos, serão explorados como parte integrante das novas parcerias abrangentes com cada um dos países do Golfo, com base nos seus interesses e realizações específicos, nomeadamente no domínio da segurança.

Juntamente com os restantes Comissários, continuarei a trabalhar neste sentido durante o meu mandato.

Considero que as delegações interparlamentares desempenham um papel importante na garantia de um papel diplomático mais forte da UE na região. O Grupo de Apoio à Democracia e de Coordenação Eleitoral do Parlamento Europeu apoia igualmente os esforços da UE para promover a democracia e os direitos humanos a nível internacional, e tenciono apoiar o seu trabalho neste âmbito.

O diálogo contínuo com intervenientes estatais e não estatais, incluindo os que não partilham necessariamente os nossos pontos de vista, é um aspeto importante para evitar uma maior desestabilização. É um canal essencial para continuar a defender valores fundamentais universais, incluindo o respeito pelo direito internacional, pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

*7. Relativamente aos instrumentos de financiamento externo, como tenciona melhorar a coerência, a eficiência e a transparência do apoio concedido à Vizinhança Meridional, através da aplicação de uma condicionalidade rigorosa e da garantia de um verdadeiro papel para o Parlamento Europeu na orientação estratégica dos instrumentos de financiamento externo, nomeadamente através da prestação atempada de informações escritas sobre a sua execução? Qual é a sua posição relativamente à utilização recente mas predominante da assistência macrofinanceira nos pacotes de assistência concedidos aos parceiros da região? Tenciona continuar a prática da anterior Comissão a este respeito?*

A Comissão começou a estabelecer novas parcerias estratégicas e abrangentes com os países da sua vizinhança meridional. O princípio fundamental destas parcerias consiste em consolidar os instrumentos financeiros da UE com as suas prioridades políticas de forma mais harmonizada, a fim de maximizar o impacto positivo e mutuamente benéfico que a nossa cooperação pode ter, em especial no que diz respeito à aceleração das reformas estruturais e à geração de crescimento económico sustentável e prosperidade na região, assim como dar resposta a outros interesses diretos da UE. Estes instrumentos financeiros são constituídos por valores e princípios universais, e são adaptados à situação económica e política específica, com o intuito de ter em conta os interesses e as necessidades estratégicas da UE e dos nossos parceiros.

Estes princípios estão na base das parcerias estratégicas e abrangentes celebradas com a Tunísia e o Egito. Em ambos os países, esta abordagem visa tirar proveito do enorme potencial de investimento do setor privado da UE. Os serviços da Comissão, juntamente com o Serviço Europeu para a Ação Externa, estão a acompanhar a sua aplicação e evolução nos países parceiros, a fim de assegurar que todas as condições estabelecidas são devidamente cumpridas. Embora, até à data, as parcerias estratégicas e abrangentes tenham resultado em desenvolvimentos

positivos em muitas frentes, nomeadamente no que diz respeito à cooperação económica e à estabilização, preocupam-me alguns desenvolvimentos em alguns países parceiros, nomeadamente no que diz respeito à redução do espaço de atuação da sociedade civil e dos meios de comunicação social. Tenciono prosseguir a lógica «mais por mais» com uma abordagem suficientemente flexível para promover uma boa cooperação e apoiar desenvolvimentos positivos. Estou empenhada em assegurar que as delegações da UE e os nossos parceiros continuarão a acompanhar de perto a situação e a trabalhar com as autoridades para resolver estas questões. No que diz respeito à utilização de instrumentos de financiamento específicos, é importante recordar que cada parceria é adaptada e assenta num conjunto limitado de prioridades identificadas e domínios de interesse comum com potencial para benefícios mútuos. Em função do contexto económico do país parceiro na altura e da sua vontade política de reforma, tal pode incluir a assistência macrofinanceira (conhecida pelo acrónimo em português AMF, consiste em empréstimos em condições preferenciais), como foi o caso do Egito. É de notar que os empréstimos da UE são concedidos em condições altamente favoráveis para os países parceiros, com estes a beneficiarem da notação de crédito da UE. Estes também se asseguram que os países parceiros se concentrem fortemente na sua utilização correta, tendo em conta as necessidades de reembolso no futuro.

No futuro, estou empenhada em assegurar que a utilização de empréstimos no contexto de parcerias estratégicas e abrangentes continuará a basear-se numa análise sólida das oportunidades e dos riscos associados com a utilização desses mesmos instrumentos. Embora esteja consciente das restrições financeiras, defenderei que todos os instrumentos financeiros que sejam necessários se mantenham nos debates que se avizinham sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual. Uma vez mais, temos de ser flexíveis. Acredito firmemente que a participação do Parlamento Europeu é importante neste aspeto, e estou empenhada em prosseguir este processo durante o meu mandato, juntamente com todas as partes interessadas.

A este respeito, vejo que o diálogo geopolítico de alto nível desempenha um papel fundamental e assegurarei que tanto os meus serviços como eu permanecemos disponíveis para intercâmbios com o Parlamento Europeu.

#### Perguntas da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

*8. No contexto de um mundo laboral em mutação, como tenciona lidar com os desafios que se colocam à Europa em termos demográficos e as suas consequências para os indivíduos e respetivas famílias, como o envelhecimento da população, a fuga de cérebros e a diminuição da população em idade ativa? Que incentivos a longo prazo antevê para a vida e o trabalho na União Europeia? Que medidas tenciona aplicar para aumentar a participação dos grupos sub-representados no mercado de trabalho? No seu entender, nesta legislatura, quais deveriam ser os pontos principais em que se deve centrar a intervenção neste domínio?*

Tendo exercido as funções de vice-presidente da Comissão responsável pela Democracia e Demografia desde 2019, estou plenamente consciente dos desafios relacionados com **a realidade demográfica na Europa** de hoje. Tenho o prazer de ter a oportunidade tirar proveito dos conhecimentos que adquiri ao longo dos últimos 5 anos no atual mandato neste assunto.

A população europeia está a envelhecer e prevê-se que a sua mão de obra diminua em quase 1 milhão de trabalhadores por ano até 2050. Esta situação afeta muitos aspetos da nossa sociedade, incluindo a nossa competitividade global, a produtividade e o dinamismo da nossa economia, o funcionamento do mercado de trabalho, as políticas para a juventude, a educação e a saúde, e também os nossos orçamentos públicos e a sustentabilidade orçamental dos sistemas de proteção social. A nossa capacidade para fazer face às alterações demográficas permite-nos demonstrar a capacidade da democracia em concretizar o que é necessário, onde é necessário para os nossos cidadãos, sejam eles mais jovens ou mais velhos, urbanos ou rurais, etc. As alterações demográficas também afetam a nossa capacidade de realizar progressos rumo a prioridades estratégicas, como as transições ecológica e digital. As alterações demográficas têm também uma dimensão territorial importante, e podem agravar as disparidades tanto entre Estados-Membros como a nível interno de cada um. Algumas regiões, em especial, são mais afetadas do que outras, uma vez que registam um declínio demográfico e uma significativa mobilidade externa dos seus jovens trabalhadores.

Se a minha indigitação for confirmada, tirarei proveito do trabalho que o atual Colégio e eu própria desenvolvemos durante o mandato anterior. Vou trazer os meus conhecimentos e experiência para a mesa e garantir que combatemos as causas profundas das alterações demográficas e conseguimos adaptar-nos a novas realidades, tal como previsto nas orientações políticas da Presidente para 2024-2029.

Como referido na minha carta de missão, a minha prioridade será implementar o **conjunto de instrumentos demográficos**, que define um conjunto abrangente de instrumentos regulamentares, quadros políticos e instrumentos de financiamento disponíveis a nível nacional e da UE para apoiar os Estados-Membros na gestão das alterações demográficas. O conjunto de instrumentos visa uma melhor conciliação das aspirações familiares e o trabalho remunerado, permitir às gerações mais jovens e mais velhas ferramentas para prosperarem, e, quando que necessário, ajudar a colmatar a escassez de mão de obra através da migração legal.

Juntamente com os outros membros do Colégio, continuarei a colaborar com os Estados-Membros, a fim de os ajudar a aplicar o conjunto de instrumentos demográficos a nível nacional e regional. Temos de tirar partido das sinergias com o trabalho em matéria de igualdade e equidade intergeracional. Como parte da nossa abordagem científica para a elaboração de medidas políticas, velarei pelo reforço da investigação e da base factual do nosso trabalho, por exemplo, nas baixas taxas de natalidade na UE e nas medidas necessárias para ajudar as pessoas a concretizarem as suas aspirações pessoais.

Além disso, apoiarei o **aumento da participação no mercado de trabalho de grupos sub-representados**, incluindo o de mulheres, jovens e adultos mais velhos (mais de 55 anos), bem como de nacionais de países terceiros. Podemos tirar proveito de talentos que estejam por explorar e assim alcançar taxas de atividade mais elevadas, satisfazendo as suas necessidades específicas. Para as pessoas mais velhas, por exemplo, podemos apoiar os Estados-Membros a implementar regimes de trabalho flexíveis e a adaptar os locais de trabalho, a promover políticas que incentivem padrões de reforma flexíveis, a apoiar a saúde e o planeamento financeiro ao longo do ciclo de vida e a combater os estereótipos e a discriminação. O aumento das taxas de participação, em especial das mulheres e dos trabalhadores mais velhos, pode compensar parcialmente o declínio da população em idade ativa.

Para o efeito, colaborarei em todo o Colégio para conceber novas iniciativas políticas para complementar e expandir os nossos esforços. Trabalharei, em especial, com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação, entre outros, no Roteiro para Empregos de Qualidade e na Estratégia da UE de Combate à Pobreza, a fim de apoiar os grupos desfavorecidos através de medidas de inclusão ativa específicas, assegurando simultaneamente o acesso a serviços sociais e essenciais. A Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados e as recomendações do Conselho que a acompanham reforçarão os serviços de prestação de cuidados, uma ambição que será apoiada pela nova iniciativa relativa a um quadro mais coerente para os desafios da mão de obra no setor dos cuidados de longa duração. Tal complementarà os esforços da Comissão em matéria de migração legal para ajudar a atrair pessoas com as competências adequadas para responder às necessidades do mercado de trabalho da UE, em especial através do lançamento da Reserva de Talentos da UE e da parceria para atração de talentos.

No âmbito do meu trabalho, utilizarei todos os instrumentos à minha disposição para alcançar estes objetivos. O Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o Fundo Social Europeu Mais e outros fundos da política de coesão já estão a ser utilizados para dar resposta aos desafios colocados pelas alterações demográficas. Prosseguiremos estes investimentos e, sempre que necessário, utilizaremos a próxima revisão intercalar dos programas da política de coesão para orientar melhor o nosso financiamento nos Estados-Membros. Por conseguinte, apoiarei o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas na resposta aos desafios relacionados com o declínio económico e demográfico em algumas regiões da UE e na redução das disparidades regionais, para que as pessoas possam permanecer e trabalhar nas suas regiões de origem. Continuarei a promover a integração das oportunidades e dos desafios demográficos na elaboração das políticas da UE em todos os domínios pertinentes e trabalharei no sentido de reforçar as nossas orientações e apoio, permitindo que os Estados-Membros prossigam uma ampla combinação de reformas, nomeadamente no contexto do Semestre Europeu.

#### Perguntas da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

*9. De acordo com a sua carta de missão, deverá trabalhar para desenvolver parcerias abrangentes e mutuamente benéficas com os países terceiros da região pela qual é responsável, o que inclui aspetos relacionados com a migração, como a operacionalização dos «controles fronteiriços e a luta contra os passadores», no pleno respeito pelos direitos humanos. Que medidas tenciona tomar para garantir que esta operacionalização se processe de forma eficaz? Como tenciona garantir ao Parlamento a possibilidade de exercer a sua supervisão ao longo do processo de criação das referidas parcerias, designadamente quando alguns aspetos destas parcerias podem colidir com as prerrogativas legislativas da instituição?*

Se a minha indigitação for confirmada, para o Mediterrâneo, procurarei cumprir o Pacto em matéria de Migração e Asilo, nomeadamente nos aspetos de política externa, em plena cooperação com o Comissário responsável pela Administração Interna e Migração. Colaborarei igualmente com os outros membros do Colégio no reforço de uma abordagem estratégica e coordenada da dimensão da política externa de migração da UE, com base nos resultados alcançados até à data.

Trabalhar em conjunto com os países mediterrânicos e com países terceiros oferece oportunidades para enfrentar os desafios da migração de uma forma mutuamente benéfica. Tendo em conta que os países da região mediterrânica são frequentemente tanto os países de trânsito como os de origem, é necessário reforçar a abordagem ao longo de toda a rota, a fim de assegurar a sustentabilidade e o impacto a longo prazo da ação da UE, tendo igualmente em conta o contexto mais vasto e as causas profundas da migração irregular e das deslocações forçadas.

No âmbito das parcerias abrangentes e estratégicas no âmbito do novo Pacto para o Mediterrâneo, a cooperação em matéria de migração figurará entre as principais prioridades, juntamente com outros domínios de interesse mútuo, incluindo a segurança. Espero que continuemos a prestar apoio aos parceiros em todos os domínios relacionados com a migração no âmbito das parcerias, incluindo a proteção das pessoas em situações vulneráveis, a governação e gestão da migração, a luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos, o regresso voluntário e a reintegração, a readmissão, a migração legal e a mobilidade. A nossa cooperação com a vizinhança meridional vai muito além da migração e está assente em muitos domínios de interesse mútuo, incluindo o investimento na educação, nas infraestruturas e na economia em geral.

Neste respeito, por razões de interesse mútuo, é importante criar oportunidades, em especial para os jovens destes países, de modo a possibilitar vias de trabalho legais, contribuindo para a redução da migração irregular. As parcerias para atração de talentos proporcionam quadros de cooperação em matéria de mobilidade laboral e podem ajudar a reforçar as parcerias sobre outros aspetos da gestão da migração. Trabalharei com os restantes Comissários no seu desenvolvimento futuro, com o objetivo de solucionar o problema de escassez de mão de obra no mercado de trabalho da UE em setores e profissões selecionados, o que contribui simultaneamente para o desenvolvimento de competências e o crescimento económico nos países de origem.

É evidente que a luta contra a introdução clandestina de migrantes e a gestão da migração baseada nos direitos continuarão a ser uma das principais prioridades da UE, juntamente com o apoio prestado aos países parceiros no domínio da proteção dos migrantes, dos regressos voluntários, no combate às causas profundas e da migração legal.

O apoio prestado até à data já produziu resultados positivos nos vários domínios, contribuindo para uma redução dos fluxos migratórios irregulares para a UE, reduzindo assim o risco de perda de vidas humanas durante viagens frequentemente perigosas através do mar. Estou empenhada em prosseguir esta via, em cumprir os compromissos assumidos e em meter os objetivos da UE em prática de uma maneira eficaz.

A estratégia exaustiva da UE em matéria de migração deve continuar a ser assente na solidariedade e no respeito pelos direitos humanos. O respeito pelos direitos humanos e pela dignidade humana dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo são princípios fundamentais da política de migração da UE, em conformidade com as obrigações decorrentes do direito internacional. Os nossos parceiros são obrigados a cumprir estas obrigações internacionais, incluindo o respeito pelo princípio da não repulsão.

Apoiarei os membros do colégio de comissários, também no reforço da cooperação internacional através da Aliança Mundial contra o Tráfico de Migrantes e de novas parcerias operacionais contra a introdução clandestina de migrantes, nomeadamente através de ações empreendidas no âmbito da Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminosas (EMPACT).

Tendo em conta os acordos de associação celebrados com os nossos países parceiros, as parcerias estratégicas continuam a ser instrumentos não vinculativos. Se a minha indigitação for confirmada, estou empenhada em fornecer ao Parlamento Europeu as informações necessárias, incluindo acesso a trocas de pontos de vista precoces e discussão de ideias, de modo a permitir que o Parlamento Europeu exerça o seu controlo democrático nas várias fases do processo.

Perguntas da Subcomissão dos Direitos Humanos

*10. Que medidas concretas tenciona tomar para garantir que as relações com os parceiros da Vizinhança Meridional alargada sejam norteadas pela promoção dos direitos humanos, da democracia, do Estado de direito e das liberdades fundamentais? Como tenciona aplicar a condicionalidade em matéria de direitos humanos nesta região, em especial à luz dos recentes memorandos de entendimento que foram assinados (Egito, Tunísia, entre outros)? Está empenhada em consagrar mais recursos aos programas e ao pessoal que, na região, trabalha em prol da democracia e apoia a sociedade civil?*

O respeito pelos direitos humanos e os princípios democráticos são as pedras angulares da União Europeia e são parte integrante na nossa gestão de financiamento externo, nomeadamente no que diz respeito às parcerias estratégicas e abrangentes. Baseiam-se em objetivos comuns e interesses mútuos e destinam-se a ajudar a UE a abordar melhor muitas questões cruciais.

Se a minha indigitação como Comissária responsável pelo Mediterrâneo for confirmada, velarei por que os valores e princípios da UE em matéria de direitos humanos estejam no cerne do Novo Pacto Mediterrânico e na nossa parceria global com a vizinhança meridional alargada. O Novo Pacto Mediterrânico assentará num apoio contínuo, constante e direto às organizações não governamentais (ONG) de direitos humanos e aos defensores dos direitos humanos e jornalistas, nomeadamente através de programas temáticos do IVCDCI — Europa Global. Tal deve incluir recursos para os programas e para os colaboradores que trabalhem em prol da democracia e do apoio à sociedade civil. Como referido na minha carta de missão, adotaremos uma abordagem integrada em que as políticas económicas, humanitárias, de desenvolvimento, de paz e de segurança possam todas contribuir. Considerando as oportunidades decorrentes da inclusão, tenciono prosseguir o nosso apoio constante às organizações da sociedade civil que trabalham com jovens, crianças, pessoas com deficiência, refugiados, migrantes, comunidades de acolhimento, organizações de defesa dos direitos das mulheres, bem como com outros grupos vulneráveis. Gostaria de salientar que, com o apoio das delegações da UE, continuarei a trabalhar através de redes locais para assegurar que os fundos da UE possam ser canalizados para organizações locais e de base, com especial prioridade para iniciativas relacionadas com a juventude, como os embaixadores da UE para a juventude na nossa vizinhança. Também não hesitarei em abordar quaisquer questões relacionadas com a salvaguarda destes valores e princípios de forma aberta e construtiva no contexto de diálogos políticos regulares.

Neste sentido, tenciono também centrar-me em programas de apoio à luta contra a corrupção, à transparência das finanças públicas, à participação democrática, aos esforços de reforma jurídica e institucional, bem como ao reforço das capacidades. A União dispõe dos instrumentos necessários para o efeito. Por exemplo, as operações de apoio ao orçamento de Estado da UE promovem reformas no domínio das finanças públicas dos países parceiros. Além disso, a Comissão está a trabalhar com organizações internacionais, como o Conselho da Europa, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de prestar assistência específica à conceção e execução de reformas. Continuarei a trabalhar com as organizações da sociedade civil para analisar como melhorar a transparência. O trabalho em matéria de transparência orçamental com a International Budget Partnership, (em português, parceria orçamental internacional), é um excelente exemplo de como aumentar a transparência das finanças públicas.

Por último, a nossa cooperação financeira com países terceiros assenta numa abordagem baseada nos direitos, o que significa que os compromissos internacionais que os nossos parceiros assumam, em termos de direitos, humanos têm de ser respeitados e existem mecanismos de controlo robustos para garantir que tal aconteça. Acompanharei a eficácia destes mecanismos e estarei pronta para tomar medidas sempre que seja necessário.